

TERRITÓRIO E CULTURA SALOIA: A CONSTRUÇÃO DE (UMA) IDENTIDADE LOCAL.¹

Luis Vicente Baptista*

Enredado no fenómeno da metropolização e na redefinição dos usos económicos, sociais e simbólicos dos espaços que estão ligados a esta problemática, o tema Saloios reemerge aparentemente de forma anacrónica e despropositada. Será que assim é? O que estará por trás da afirmação pública de uma cultura local tão antiga e afinal ainda actual, territorialmente a (re)definir? O que fará desta temática um importante requisito discursivo entre alguns interventores políticos e culturais dos concelhos fronteiriços de Lisboa?²

Tais questões parecem-nos relevantes, tanto mais que a discussão que nos últimos anos foi lançada em torno das competências e dos deveres do Estado, da participação generalizada dos interventores locais, privados e públicos, e dos efeitos práticos da globalização nas cidades, que se querem competitivas, ganha um lugar de destaque nas preocupações das Ciências Sociais³.

* Departamento de Sociologia, FCSH/UNL.

¹ Este texto é a simples "passagem a escrito" de uma pista que identificámos na análise dos processos que vêm transformando radicalmente as relações da cidade de Lisboa com os seus arredores.

² Esta ideia é em boa parte devedora das longas conversas com o antropólogo catalão Joan Pujadas que oportunamente nos alertava para a actualidade do objecto *saloios* devido às próprias circunstâncias emergentes dos (novos) usos dados pelos lisboetas às localidades dos arredores. Agradeço aos colegas Rui Telmo Gomes, Miguel A. Chaves e João Sedas Nunes algumas preciosas sugestões que me permitiram melhorar o "borrão" original.

³ Na apresentação de uma das suas linhas de investigação o centro SHADYC (Sociologie, Anthropologie et Histoire des Dynamiques Culturelles), unidade de investigação mista, EHESS/CNRS, de Marselha, permite ao utilizador dos meios electrónicos de pesquisa científica uma síntese muito útil em torno das transformações das Identidades, dos Poderes e das Territorialidades. Pode-se ler no texto de abertura: "À escala mundial, o ressurgimento rápido, por vezes violento, da questão identitária está ligado a dois processos: por um lado, à mundialização, por outro, à fragmentação das sociedades.(...) Entre as referências internacionais, o seu universalismo, e as iniciativas locais, com os seus etnicismos, regionalismos ou neo-traditionalismos, as instituições e os Estados nacionais perdem uma parte da iniciativa que lhes era entregue.(...) Pelos inquéritos de terreno já levados a cabo somos levados a interrogarmo-nos acerca do contexto de formação e de evolução das identidades colectivas e individuais. Estas são apreendidas quer a partir do que é revelado dos discursos endógenos e exógenos quer da observação das práticas como construções sociais e das produções simbólicas da História" (Shadyc, 1999). Para acesso mais completo a esta informação, consultar <http://ehess.cnrs-mrs.fr/shadyc>.

É pois neste cenário que somos levados a pegar no polémico tema da cultura saloia que, embora refriado pela reconfiguração física e populacional dos arredores, graças à instalação das formas mais visíveis de cidade nos campos em redor, ainda hoje remete para fortíssimas emoções na representação de Uns e Outros.

A disputa entre próximos, Alfacinhas (os de Lisboa) e Saloios (os dos arredores), está presente no imaginário colectivo nacional sobretudo devido às imagens produzidas na capital portuguesa a propósito dos arrabaldinos.

Por ora, com base em algumas fontes literárias e documentais, procuramos estabelecer um conjunto de interrogações que se pretendem pertinentes para uma futura análise.

De que modos se reconvertem construções sociais mais ou menos duradoiras, como é o caso do saloio representado literariamente até momento recente? Como se estabelecem as condições que favorecem a coexistência de apropriações contraditórias, eventualmente de sentido oposto e referentes a tempos distintos? Através de que formas se produzem e se fazem difundir as imagens daquilo que é saloio? Em que circunstâncias se efectiva esta duplicidade de entendimentos de uma mesma matéria de análise e – diríamos mais – de uma mesma matéria de análise que se modifica e amplifica "territórios e populações imaginários" distintos?⁴

A construção do fenótipo e a marcação do território

Muitos são os testemunhos e as descrições mais ou menos literários que percorrem autores lisboetas, ou que escrevem sobre Lisboa, acerca dos saloios e das suas características. Um deles, porém, é particularmente significativo devido à contundência da argumentação e à pessoa do seu autor. Raúl Proença, figura democrática de referência da I República traça, no seu *Guia de Portugal*, de 1924, (1º volume: *Lisboa e Arredores*), um perfil do saloio que não deixa dúvidas. Os argumentos levam-nos à convicção de estarmos perante uma raça menor. Tomemos apenas uma passagem desse texto:

Quando Afonso Henriques tomou posse de Lisboa, consentiu-se ao mouro que refluísse para os subúrbios da cidade, e ele aí se estabeleceu, entregue ao cultivo das hortas, com a água a escorrer da nora generosa. É desta população consentida, mourisca e subalterna, que deriva o mais da gente que habita os contornos de Lisboa – o saloio de tez morena, pele tsnada, olhos e cabelos negros ou castanhos, membros secos, tipo sem finuras de raça e beleza plástica de linhas, tão afastado da gente bela e robusta do Norte, como o berbere dum dos melhores rebentos da gente circassiana (1924: 464).

Fisicamente está definido: distingue-se do cristão vencedor. Territorialmente está delimitado: o saloio, raça tolerada, vive desterrado nos arredores. Não acarreta por isso qualquer ousadia afirmar

⁴ Remetemos aqui para as preocupações desenvolvidas por Yves Gilbert no artigo sintomaticamente intitulado "Le mythe rural" (1978) e que o autor inicia deste modo: "O rural vende-se bem hoje. Está na moda...".

que as terras envolventes da capital estão associadas a uma condição mais que periférica, desafortunada.

Tal convicção, a de estarmos perante uma raça distinta, não é exclusiva de Raúl Proença. Nogueira de Brito escreve no *Boletim da Junta da Província da Estremadura* um artigo intitulado "Os Saloios. Raça tradicionalista e trabalhadora", datado de 1943, onde se podem ler extractos como o que se segue:

Essa raça curiosa, embora bisonha, êsse tipo acabado de hábitos severos e de reduzida expansão sentimental tem, afinal, sobre nós a grande e excelsa superioridade da sua admirável discrição, moeda que tão pouco corre entre cidadãos e vilões (1943: 313).

Tamanho elogio mal disfarça a substância do que é elogiado.

Curiosamente ainda em 1980, mas em clara adaptação aos novos tempos, Guilherme Felgueiras, no mesmo *Boletim*, retoma a questão fenotípica intitulando o seu artigo "Os Saloios. Grupo étnico de Lisboa suburbana". É significativa a reconversão terminológica, que pretende atenuar o preconceito agora corrente face à ideia de raça, mas é sobretudo importante a persistência da convicção de estarmos perante um grupo populacional etnicamente distinto. E este é um ponto de partida a que não nos podemos furtar. Há uma espécie de mito fundador da condição de saloio, associado a uma particularidade genética, que apesar das reconversões posteriores estará ainda presente mesmo que só por efeito dedutivo.

A verdade permanece indiscutível mesmo entre os autores que apreciam e defendem as qualidades dos saloios. João Paulo Freire, por exemplo, no seu livro publicado em 1948, *O Saloio: Sua Origem e Seu Carácter: Fisiologia, Psicologia, Etnografia* parece fundamentalmente ter o intuito de rebater os defeitos antepostos ao saloio mais que discutir a verdade rácica.

A atitude de defesa do saloio faz-se tendo por base a sua importância para o cidadão. Os argumentos rácicos de Raúl Proença não são rebatidos por João Paulo Freire, este antes reenvia a apreciação do "duvidoso carácter" do saloio para os denunciantes, os alfacinhas.

Retomemos aliás as afirmações de quem caracteriza o saloio, Raúl Proença:

Psicologicamente, caracteriza-o (o saloio) o espírito de rotina, a curteza de vistas, a avareza levada à sordidez, e essa sistemática atitude de desconfiança que, sob o nome de esperteza saloia, tomou foros de proverbial, e foi filão aproveitado por muita veia cómica nos teatros de Lisboa (1924: 464).

E de seguida a argumentação de João Paulo Freire que, a propósito do saloio, afirma:

Fatalista, sim. Como um árabe manhoso, por defesa. Desconfiado, pelo muito que, desde séculos, o têm explorado, roubado, maltratado. É a desconfiança da vítima diante do carrasco. É a habitual desconfiança de todos aqueles que vivem à mercê do assalto, da emboscada, da verdadeira, da autêntica velhacaria dos outros, que lhe chamam a ele velhaco (1948: 243).

Irisalva Moita vem, num registo bem posterior, no texto *El Pueblo de Lisboa*, estabelecer um discurso de equilíbrio entre as visões conflituantes:

Pelas suas qualidades de trabalho e honestidade nos negócios foi sempre uma população bem conceituada, não obstante, pela sua extrema simplicidade, nem sempre isenta de uma certa 'esperteza saloia', serem objecto, frequentemente, da burla alfacinha (1980: 12).

A ideia recorrente de que o saloio é o descendente do árabe, do sarraceno, do mouro, estabelece uma condição que, amansada, ou não, pelas boas intenções dos discursos que proclamam a tolerância da população portuguesa, dá forma e sentido ao reforço da fronteira social, assim etnicamente sustentada, entre o aldeão e o cidadão. Contudo a fragilidade deste pressuposto não podia ser maior. No mesmo texto, *El Pueblo de Lisboa*, quando a autora descreve os alfacinhas – falamos aqui dos próprios cidadãos –, encontramos com frequência referências que dão substância a falar de um povo miscenizado, o que pouca abona em termos de uma pureza racial portuguesa ou europeia face aos aparentemente diferentes norte africanos. Veja-se a descrição feita da mulher alfacinha "que recusava a mostrar-se com a cabeça descoberta" (Moita, 1980: 11), assinale-se "a influência do sangue negro nos alfacinhas" (Moita, 1980: 10), tudo parecendo encaminhar-se para enunciar as características de uma cultura mediterrânica, específica devido aos cruzamentos da experiência marítima, hierarquizada nos lugares, mas não na definição rática das suas gentes.

Será que no saloio são reconhecidos os "defeitos", que são dos portugueses, mediterrânicos envergonhados, que não se querem admitir enquanto tal de forma a não prejudicar a "gesta nacional"?

O argumento rático serve aliás para estipular limites civilizacionais nos usos do próprio património natural. O exemplo do "horror à árvore" é típico. Diz Raúl Proença:

O seu horror à árvore, tão rático, não pouco tem contribuído para despoetizar grandes zonas da terra em que se fixou, dando a certos retalhos arrabaldinos esse aspecto escaldado, marroquino e carrancudo, que tanto confrange o homem do Norte, afeito às prodigalidades duma natureza luxuriante (...). Mudou tão pouco este berbere da Ibéria, que ainda hoje é às hortas que ele dá os esmeros de cultura (1924: 464).

Em reacção a esta denúncia, João Paulo Freire vai desenvolver uma justificação que reforça essa espécie de fixação colectiva na minoridade do saloio e da qual participam os seus próprios defensores. Sustenta Freire:

De facto o saloio não tem amor à árvore. Mas talvez possa explicar este horror à árvore. O saloio é o homem da terra. A terra é o seu tesouro, o seu Banco, o seu cofre. E o saloio sente-se na obrigação de defender ao máximo a produção da sua terra, que é afinal o seu pão e o seu celeiro. Ora a árvore é o ladrão desse pão e desse celeiro. Uma árvore de grande porte, rouba à terra, pelo menos, uma circunferência de dois metros de raio. Se uma terra de dois ou três hectares tiver uma dúzia de árvores calcule o leitor quantos metros quadrados de terra são roubados ao cultivo normal. Daqui, quanto a mim, o horror do saloio à árvore, que afinal não é horror, mas defesa. Desta defesa

veio fatalmente o seu desamor a todas as árvores, inclusive às árvores de fruto, quando não em pomares de exploração. Porque nestas, se não as ama, pelo menos defende-as, porque lhe dão interesse (1943: 242).

Se nos distanciarmos da emotividade da discussão, o que fica desta transcrição é sobretudo a imagem negativa do camponês, no seu geral, possuído de um arcaísmo nas formas de conceber a racionalidade, quer económica, quer espacial, mais do que propriamente um evidente traço étnico. Tal imagem, se tomarmos em consideração as palavras de Irisalva Moita acerca da população alfacinha que "depreciava os trabalhos braçais que relegava para a população adventícia e se reservava para ocupar os cargos públicos inferiores, sendo também dotado para alguns trabalhos de artesanato tradicional" (1980: 11), pode nos levar ainda mais longe.

Podemos inclusivamente colocar a hipótese de o saloio funcionar então como um estereótipo ligado à actividade, e logo à população, a evitar. E isto na medida em que estamos a falar de uma sociedade em que o trabalho da terra se associa a um labor particularmente árduo e de uma população da cidade, grande parte dela chegada dos campos, que deliberadamente se afastou, em muitos casos fugiu, do trabalho agrícola pouco compensador. "Um moiro de trabalho" é provavelmente um tipo de expressão que tem algo a ver com esta concepção do trabalho braçal, do qual todos aqueles que puderam fugir o fizeram, refugiando-se sobretudo no trabalho do sector terciário tradicional.

O cenário das transformações urbanas, políticas e culturais

O discurso classificatório que ao longo de várias décadas foi sendo feito pelos autores com pretensões etnográficas acerca de algumas populações das proximidades da cidade de Lisboa, muito corrente no século XIX e nas primeiras décadas do XX, assente em características fenotípicas estereotipadas, concorre de forma decisiva para que cheguem ao nosso tempo aspectos desta "depreciação" corrente entre os cidadãos face aos arrabaldinos. Não sendo invulgar, tal fenómeno ganha um particular interesse quando, num contexto contemporâneo de transformação rápida das imediações da cidade tornada metrópole, a partir da depreciação aparentemente construída *pelos da cidade* se chega a uma tentativa de construção identitária *pelos de fora da cidade*.

Esta identidade em construção vê-se consubstanciada na produção de discursos e na acumulação de iniciativas que pretendem revelar o que parecia até aí ocultado: o valor cultural e o sentimento de pertença territorial da dita população "salóia". A explicação para tal fenómeno está provavelmente ligada à emergência do novo poder autárquico, a partir do 25 de Abril de 1974, e ganha sentido por comparação destes lugares ditos saloios com os outros locais dos arredores dominados fisicamente pela cidade, hoje estendidos bem para lá dos antigos limites administrativos do concelho de Lisboa.

Abandonada a discussão acerca do duvidoso valor etnográfico do tema "salaios", eis que as transformações urbanas que envolvem a cidade de Lisboa permitem revisitar esta matéria aparentemente anacrónica sob um outro ângulo. A apropriação que os poderes municipais e eventualmente as elites locais fazem do mito saloio para afirmar uma identidade, algo forçada, face à Lisboa hegemónica (Baptista, 1994: 53-77), que conquista os territórios municipais em redor pelo crescimento urbano descontrolado, é relevante para perceber a questão das identidades no contexto ora metropolitano.

O fenómeno a que assistimos desde os anos 50, de alargamento das áreas de residência dos que vivem na dependência do centro da actual metrópole, teve um efeito uniformizador nos campos em volta da cidade. Os antigos lugares fronteiriços a Lisboa foram tomados por formas de edificação e por populações que introduziram dinâmicas alheias à vida nos arrabaldes de uma cidade tradicional.

Após uma primeira fase de transformação acrítica do seu espaço concelhio, nos anos 80 os dirigentes municipais encetam políticas de afirmação da sua especificidade cultural, "da sua tradição", visando ganhar relevância face à capital toda poderosa, o que será eventualmente resultado da introdução de uma nova lógica política a nível local concretizada a partir de 1976. O caso dos salaios é apenas um entre vários.

O que é curioso aqui é o facto da imagem do saloio parecer ser antes de mais uma construção lisboeta associada a uma população dos arrabaldes antigos da cidade de Lisboa, particularizada porque estabelecia com os da cidade relações de clara proximidade. Todavia, este arrabaldino não parece ser visualmente assim tão distinto do estremenho, do ribatejano, ou do alentejano dos primeiros tempos do século. É a específica proximidade relacional ligada às actividades a que se dedicam estas populações que as colocam numa posição desvantajosa nas avaliações dos letrados que sobre elas escrevem e que com elas convivem. A marca da coexistência com a cidade tradicional está aí bem visível na tipificação do campesino do subúrbio⁵.

Ora, com a chegada maciça às terras saloias de populações de outras zonas do país e dos lisboetas afastados do centro da cidade, sobretudo a partir dos anos 50⁶, estes lugares vão sendo introduzidos numa dinâmica de "cidade alargada" onde o eventual referente saloio, construído pela negativa a partir de Lisboa, vai perdendo sentido. Não é por acaso que o rasto do saloio logo se perde, dentro dos limites físicos da cidade, nas localidades transformadas nos anos 20, 30 e 40, por exemplo, no Campo Pequeno, e nos anos 50, 60 e 70 em Benfica, no Lumiar, em Carnide. Já fora desses limites o mesmo

⁵ No texto da exposição organizada pela Câmara Municipal de Lisboa e levada a Madrid, ao Museu Municipal, em que se pretende dar conta dos tipos de população que vive em Lisboa no século XIX, especificam-se os alfacinhas, os salaios, os galegos, os varinos, os negros, os algarvios e outros (Museu Municipal de Madrid, 1980: 9-18).

⁶ Raquel Soeiro de Brito analisa o que ocorre na região de Loures no final dos anos 50, com a substituição da produção agrícola pela pequena indústria e pela instalação residencial de novos habitantes (1976: 168).

acontece, ao mesmo tempo e posteriormente, nos concelhos de Oeiras e da Amadora ou no recém constituído concelho de Odivelas.

O resultado parece-nos evidente. No cordão de concelhos que se densificaram em torno de Lisboa esta memória desaparece ou apenas tem referência mítica pré-urbana. E se bem que, como se constata nos textos da primeira trintena do século XX acerca das áreas da dita região saloia, estas áreas estejam incluídas no que então se entendia como "universo saloio", a fronteira que define a especificidade saloia parece ser antes de tudo a própria frente urbanizadora que margina com os campos feitos modernamente espaços rurais.

Não é pois casual que os concelhos onde esta identidade é reclamada e alvo de redefinição sejam aqueles que não sendo contíguos à cidade de Lisboa, embora já afectados pela dinâmica do crescimento da cidade, ainda são detentores de paisagens, mais afastadas da capital, onde a reprodução destas imagens é ainda possível de re-encenar. Falamos concretamente dos municípios de Sintra, Loures e Mafra e em situação mais indefinida, entre a situação dos concelhos-cordão da cidade e os que se reclamam da tradição saloia, do de Cascais.

Não nos interessa, claro está, definir limites geográficos para uma realidade etnográfica ela própria questionável, mas antes analisar os contextos onde (e as formas como) as diversas entidades, grupos ou individualidades reclamam esta identidade, quer pelo seu pitoresco, quer pelo seu potencial de "tradição aberta à inovação". É neste domínio que a noção de *museificação dos campos* enquanto estratégia urbana de fazer do "rural cena urbana secundária" (Chamboredon, 1985: 569) ganha pertinência.

É sabido que nas últimas décadas a "zona saloia" tem deliciado os lisboetas como área por excelência para instalação de "segundas residências" e como o crescimento urbano tem lançado para zonas cada vez mais distantes da cidade essas moradas. Seria interessante averiguar de que modo localidades mais distantes poderão estar actualmente a ser alvo de uma classificação a que eram anteriormente alheias. A hipótese que se coloca é a de a *descoberta* pelos lisboetas de populações com resquícios camponeses em regiões mais distantes, imaginemos por exemplo, Torres Vedras ou Caldas da Rainha, as colocar à sombra de novas classificações citadinas antes apenas apropriadas à zona saloia.

Postas estas questões, parece-nos essencial analisar a forma como se vai constituindo a política cultural dos concelhos que antes identificámos, no sentido da conservação/museificação, e logo como se efectiva a divulgação e a recriação do património tradicional-saloio. Em complemento, investiremos na detecção e caracterização das marcas físicas e simbólicas da auto-definição dos autóctenes(?), seja no modo como as casas comerciais se anunciam ou como a imprensa local reflecte tal identidade.

Tal meta só ganha contido consistência tendo em atenção as transformações por que as áreas em análise vêm passando nas últimas décadas e tendo presente a dinâmica metropolitana na qual se

inserem as actuações dos autarcas e dos intervenientes locais que vêem no "turismo rural" um meio de galvanizar a importância local no contexto da grande cidade e do país em profunda reconversão. A redefinição das actividades tradicionais, a racionalização da agricultura acompanhada da busca da autenticidade dos produtos tradicionais, o uso do campo como espaço lúdico por excelência, colocam estes lugares como destinos de lazer prioritários dos que, na cidade e nos aglomerados envolventes, buscam para os "tempos livres" o espírito de um tempo e um modo de vida míticos porque efabuladamente mais próximos da natureza e da "vida natural".

A construção de uma identidade fronteiriça – entre o mito e a museificação

Traçada a linha de separação entre as condições que promoviam o discurso desqualificador do saloio, que domina até período recente, e o novo contexto urbano em que os arredores da cidade se reconhecem hoje, emerge nos anos 80 e 90 um discurso letrado de defesa de uma cultura e de um território saloio, se quisermos de uma causa saloia, que visa constituir uma traço de identificação dos lugares saloios de maneira a fazer vingar um certo tipo de cultura local. Este traço identificador assenta na museificação de um passado laborioso das suas gentes e nas qualidades de uma vida saudável na actualidade, a que se ligam os "bons ares", a "boa comida", as "boas gentes".

Tal construção tende a ser defendida, inevitavelmente, em fóruns de discussão das culturas locais nos quais participam vários tipos de interventores que vão dos "estudiosos da terra", aos técnicos locais, aos activistas culturais. São exemplo deste tipo de iniciativas os encontros que ocorreram em Sintra, levados a cabo pelo Instituto de Sintra (I Colóquio de Etnografia da Região Saloia, Sintra, 4 a 6 de Junho de 1987, cujas actas foram publicadas em 1993) e em Loures, pela Câmara Municipal de Loures (duas Jornadas sobre Cultura Saloia, que decorreram em 2 e 3 de Dezembro de 1994 e em 6 e 7 de Dezembro de 1996, publicadas respectivamente em 1996 e em 1998), assim como a relevância dada no *Boletim Cultural* da Câmara Municipal de Mafra ao tema.

Nas intervenções produzidas neste âmbito vamos encontrar vários registos de análise e de interpretação de um reavivado fenómeno saloio. Tanto surgem comunicações documentadas com a apresentação de "exemplares saloios", fotografados e inquiridos, homens e mulheres escolhidos segundo o preceito da conservação dos traços do saloio fenotípico tão em voga na primeira metade do século XX, como outras em que é patente o discurso distanciado acerca da terra saloia, em que toma lugar central a ideia do património a preservar, e em que o discurso do local, da resistência do sítio face à cidade agressora, se deixa antes classificar no âmbito da defesa da cultura tradicional.

No segundo caso, do discurso sobre a terra saloia, aparentemente mais manuseado por cidadãos convertidos às belezas das terras pacatas, anuncia-se um novo momento da cultura local. Trata-se de

um discurso que se enquadra em lógicas globais de rentabilização dos patrimónios culturais, de museificação, de roteirização, de classificação, enfim, de promoção do *lúdico*.

Não é despropositado falar da importância das populações citadinas que converteram estes espaços em lugares de recreio, de fim-de-semana e de férias, nem do significado que tem um número crescente de profissionais urbanos que se instalaram com carácter de permanência nestes sítios outrora distantes da capital. Estes residentes constituem-se como agentes interessados na construção de uma imagem purificada das terras saloias e também como produtores de discursos que, transpostos no quotidiano da cidade, vêm contribuir para a reavaliação da ideia dos arredores inóspitos.

Há ainda que lembrar o papel dos autarcas naturalmente sempre ciosos de encontrar causas locais capazes de estimular o investimento no concelho e implicitamente de promover a sua própria imagem enquanto agentes dinâmicos, que lhes é conferida através da obra realizada.

Ora é face à cidade dominante que os decisores e as elites dos lugares em redor promovem a definição de territórios de pertença, para novos e velhos autóctones, padrões de convivialidade e exemplos de "qualidade de vida". A afirmação de uma identidade fronteiriça aplica-se aqui no sentido de uma inclusão na dinâmica metropolitana de Lisboa embora condicional, com deliberadas cambiantes de auto-exclusão.

A fronteira corresponde à frente urbana que, circunstancial mas deliberadamente na visão destes interventores, está á quem dos territórios preservados e a preservar relativamente à dinâmica massificadora da cidade alargada. Deste modo, os lugares saloios constituir-se-iam como bastiões a defender, resistindo à avalanche edificadora e garantindo essa mais-valia de consistirem nos primeiros sítios que, apesar de admitidos numa lógica global de metrópole, estão libertos das amarras do betão e das tensões urbanas.

BIBLIOGRAFIA DE PARTIDA

- BAPTISTA, Luís Vicente (1994), "Dominação Demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a capital", *Sociologia Problemas e Práticas* nº 15, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Boletim Cultural*'93 (1993), Mafra, Câmara Municipal de Mafra.
- BRITO, Nogueira de (1943), "Os saloios. Raça tradicionalista e trabalhadora", *Boletim da Junta da Província da Estremadura*, Jul./Ago./Set.
- BRITO, Raquel Soeiro (1976), "Lisboa, esboço geográfico", *Boletim Cultural* nº 82, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa.

- CHAMBOREDON, Jean-Claude (1985), "Nouvelles formes de l'opposition ville-campagne" in AAVV, *Histoire de la France Urbaine*, Tome 5, Paris, Seuil.
- FELGUEIRAS, Guilherme (1980), "Os Saloios. Grupo étnico de Lisboa suburbana", *Boletim Cultural* nº 86, Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa.
- FONTES, Joaquim (1957), "A exposição etnográfica saloia do concelho de Sintra (1956)", *Boletim da Junta da Província da Estremadura*, Jan./Dez.
- FREIRE, João Paulo (1948), *O Saloio. Fisiologia. Psicologia. Etnografia*, Porto, Empresa Diário do Porto.
- GILBERT, Yves (1978), "Le mythe rural", *Espaces et Sociétés* nº 24-27, Dec.
- INSTITUTO DE SINTRA (1993), *Etnografia da Região Saloia. A Terra e o Homem*, (Actas do Colóquio, Sintra, 4 a 6 de Junho de 1987), Sintra.
- I Jornadas sobre Cultura Saloia – 2 e 3 de Dezembro de 1994* (1996), Loures, Departamento Socio-Cultural da Câmara Municipal de Loures.
- II Jornadas sobre Cultura Saloia – 6 e 7 de Dezembro de 1996* (1998), Loures, Departamento Socio-Cultural da Câmara Municipal de Loures.
- PROENÇA, Raúl (1991 [1924]), *Guia de Portugal*, Vol.I, "Generalidades. Lisboa e Arredores", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª reimpressão.
- MUSEO MUNICIPAL DE MADRID (1980), *El Pueblo de Lisboa*.
- VASCONCELOS, José Leite (1980 [1941]), *Etnografia Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.